

## MIGUELISMO NO ALTO-MINHO

por MARIA EMÍLIA DE VASCONCELOS\*

Em "A Cidade e as Serras", Eça de Queirós explica-nos que a devoção política do "Avô Galião" de Jacinto — o grão-senhor, em Paris, do requintadíssimo "202" — derivava, entranhada, definitiva, de uma queda que lhe soltou da mão o bengalão a que se apoiava. Precisamente quando, ali perto, passava D. Miguel. Que, solícito, o apanhou e lho devolveu... Talvez facto semelhante ocorresse algures, noutra dia, com algum fidalgo de Viana, dos Arcos ou da Barca. Que no seu rincão, relatando-o, dilatou ainda a áurea do Infante!

De qualquer modo não há dúvida que em todo o Minho a sua facção, banida embora, conservou adeptos fervorosos, indefectíveis, quixotescos até. De geração em geração. Até à nossa!! Mormente, porventura, em certas zonas...

Tão apegados àquele primeiro vulto, nervoso, exaltado, como muitos outros se haviam apegado ao vulto esquivo, perseguido, do Prior do Crato. Vencidos depois, mas polos de uma fé que sobreviveu ao exílio e à morte de ambos. Teimosamente.

### O AMBIENTE DA ÉPOCA

Conquanto finda a pugna com os "napoleónicos", o inglês Beresford e muitos dos seus permaneciam ainda no país. Impondo-se mesmo, por vezes, a um Conselho de Gerência que muitos portugueses consideravam... "fraco". Cresciam descontentamentos. E com o jovem príncipe que agora desembar-

---

\* Do Centro de Estudos Regionais (C.E.R.)

cava em Lisboa, após a revolução de 1820, viam os descontentes a possibilidade de renascer entre nós um governo firme — tanto mais que o apoiava a forte mãe...

De resto, apesar dos seus verdes anos, a “vilafrancada”, no sul, contribuiu para incrementar as esperanças nele depositadas por todos. Do sul ao norte!

Nunca o povo havia compreendido a abalada de D. João VI para o Brasil, em Novembro de 1807.

Alheio à estratégia diplomática, tomara-a, evidentemente, como mera fuga. Além do mais, entre os tradicionalistas havia “horror” às “novas ideias”,



*D. Miguel - o mais vulgarizado, talvez, dos seus retratos.*

ao liberalismo que a Revolução Francesa implementara. Não menos antipáticas ao clero que à restante sociedade, aliás. E não eram raros os sacerdotes que dos púlpitos, no seu ministério, as apontavam mesmo como “satânicas”!

Logo pois nessa altura as autoridades vianenses aderem decididamente à ideia de se dar o trono a D. Miguel. Resolução tornada pública a 4 de Junho de 1823. Em proclamação que o general Luís do Rego (entusiasmado, “de cabelos soltos ao vento”, conforme pormenoriza José Caldas na sua “História de um fogo morto”) lê, assomando a uma das janelas da Câmara. E que o povo, apinhado, em baixo, saúda fervorosamente. E nesse fervor integram-se, até,

“sem pruridos de pudor”, alguns antigos “contrários”, como Domingos Ribeiro e Félix Rocha Páris de Araújo.

*A rainha D. Carlota Joaquina,  
que muito apoiou sempre D. Miguel...*



(Aliás, Luís do Rego, quando governador de armas no Recife, fora também considerado como “amigo pessoal” de D. Pedro, ainda no Brasil, a ponto deste o encarregar de fazer um enterro “como príncipe de sangue” ao filho que tivera de uma linda jovem actriz francesa, anos antes, no Rio de Janeiro.)<sup>1</sup>

A 5 de Junho consigna-se então em Viana, em acta camarária, que a Constituição de 1822 não se adequava de facto ao carácter português, etc., e nomeia-se ali a comissão local que partirá a dar conta ao príncipe deste “acto patriótico”. Compõem-na António Sá Pinto Soto Maior, Diogo Gomes Abreu e Gonçalo de Barros Lima<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cit. pelo escritor Eduardo de Noronha.

<sup>2</sup> Ver, ainda, a “História de um fogo morto”.

Seguidamente corre (e não apenas como atoarda popular), que, por influência da maçonaria, e através do Corpo Diplomático, D. Miguel é “convidado” a afastar-se e a viajar pela Europa durante algum tempo. De facto, em Maio de 1824, ele embarca para Brest na fragata “Pérola”. Reúnem-se em Viana, desolados, diversos partidários seus, sem norte.

Há muitos anos, em Lisboa, contou-me um velhote de Caminha que, a propósito, ouvira da memória de seu avô ter na altura aquela vila (e cuidava que também outras do nosso litoral) esperado — de braços abertos — o seu desembarque, ainda, em qualquer praia. Se havia temporal acendiam fogueirinhas, à noite, e munia-se cada grupo com “roupas novas” e agasalhos, que envergariam os que as ondas houvessem encharcado, no batel foragido. E entre os diversos pontos havia sinais combinados, para todos saberem que, aqui ou ali, “ele” chegara já.

Ignoro, porém, se houve algum conluio sério relativo a uma fuga, e não creio que tal fosse aventado, mesmo. O “Pérola” ia bem acompanhado por dois outros navios, um inglês, outro francês, e sabe-se que os seus comandantes haviam recebido ordens precisas para não acostarem fosse onde fosse ou, sequer, pararem ao largo (talvez receando isso...) até atingirem o seu destino.

#### MANIFESTAÇÕES EM VIANA

Em Viana — como noutras terras — sempre os cortejos atraíram o povo. Fosse eles de índole religiosa, em recepção a relíquias de santos, no passado, fossem eles de carácter cívico, como este que vamos referir presentemente, tomando por motivo a convocação de novas Cortes conforme a antiga tradição (nas quais seriam procuradores, pela urbe, os irmãos António e João de Sá Pinto). Foi a 17 de Maio de 1828.

Sabemos que no préstito figurava um retrato de D. Miguel... evidentemente. Alçado num trono, que se sustinha sobre um estrado com quatro varais, que fervorosos moços colocaram sobre os ombros. Sabemos igualmente que nele se incorporavam também o “andor da nobreza” e o “andor do povo”; o primeiro rodeado de pessoas de grande relevo na urbe, como o Dr. José Mâncio da Costa Barros e António de Sá; o segundo rodeado por gente do bairro da Bandeira, tido como “compactamente miguelista”. À passagem lançam-lhes das janelas flores e confeitos, E todo o séquito pára por momentos diante das residências dos mais afeiçoados, aqui, ao Infante.

De novo José Caldas pormenoriza, como se a tudo tivesse assistido: com cada andor vai uma filarmónica de “particulares” para dar maior realce às canções. Estas são variadíssimas, forjando-as a espontaneidade e a comoção. Não havia memória de um delírio assim. E cita algumas: “É certo e mais que

certo! / Já D. Miguel é rei! / É certo e mais que certo! / Tal diz e manda a Lei." Bem como o coro: "Rei chegou! Rei chegou! / Em Belém desembarcou / E a malhados não falou". Antes, outras quadras citara já: "D. Miguel chegou à barra / Sua mãe lhe deu a mão / Anda cá, meu rico filho / Não queiras Constituição...", etc.<sup>3</sup>

(Num parêntesis, anote-se que menos exuberância tivera um cortejo anterior, a 5 de Janeiro, consistindo num "bando" da Câmara em jubiloso anúncio do regresso de Inglaterra do Infante D. Miguel. Se nas "casas ilustres" ele teve eco, a ponto de colocarem à noite lumes nas janelas... tal como nas frestas das casas humildes surgiram candeias, a verdade é que o povo, parece, quedou-se "frio" nas ruas, talvez por o seu ídolo ser ainda designado por Infante e não por Rei... rei absoluto, desde logo!)<sup>4</sup>

Mais um cortejo houve ainda neste período, este contra a Constituição de 1826, classificado "de índole sarcástica". Em que a dita Constituição, crismada de "Menina" e representada por um manequim com grosseiras roupas de mulher, é passeado pela urbe, entre apupos e pauladas que a vão desfazendo, no seu carro, e por fim queimada com o resto dos trapos que a compunham, "a afrontar todos os pedreiros livres" que ainda a defendessem. Esta descrição do facto (segundo, sempre, José Caldas), difere aliás um pouco, no seu remate, com a que permanecia, tradicional, na família do meu avô, o conselheiro Joaquim José Cerqueira, vianense. E que ao tempo residia num dos últimos prédios da actual rua de Gago Coutinho, próximo da Beira-Rio, ainda existente. Dizia a mãe dele que o medo que toda aquela algazarra lhe causara mantivera bem viva a cena na sua memória. A tal boneca de trapo chegara ali mais ou menos inteira ainda. Foi mesmo ali em frente, no cais, que lhe lançaram fogo, e que logo a lançaram ao rio, a arder. Quanto à "quadra entretanto mais cantada", ouvia-a ainda às irmãs do meu avô tal como a leio no relato em que me apoiei: "A Menina já morreu / Foi-se enterrar à maré / Disseram os peixes todos / Isto, que diabo é?".

No segundo verso a alusão ao "enterro" da Menina parece de resto confirmar o remate da função conforme a versão da minha bisavó. Mas isso tanto faz!

\* \* \*

A gente do Minho é muito simplesmente coerente, honesta. No meio das mais alvoroçadas manifestações, algumas pessoas não entendiam bem, embora

<sup>3</sup> Ver a mesma obra, "História de um fogo morto", pp. 668 e 675.

<sup>4</sup> Id., p. 667.

tudo, como D. Miguel ao regressar, tendo-se ajuramentado à Carta, de novo se integra nos princípios do absolutismo. E é então que aqui se divulga o grande “segredo”, aliás muito espalhado já noutros pontos. Aquela cerimónia não passara de uma comédia, de uma encenação política necessária... útil... indispensável. O Infante nada jurara sobre os Santos Evangelhos; a sua mão pousara, apenas, sobre outro livro qualquer muito bem encadernado, como esse!

Então, sem mais escrúpulos na consciência, todos continuaram a fazer coro com as vozes que nas próprias homilias rojavam anátemas esmagadores sobre os “pedreiros livres”, os ímpios do século, os “liberalões” do país...

\* \* \*

A tal honestidade intrínseca dos minhotos, (que aos “contrários” ao seu miguelismo não poupavam pois os piores epítetos) levava-os também a não prezar os que a ele se convertiam por medo, oportunismo ou qualquer outra razão menos clara. Assim, por meados de 1823, certa calúnia abalara este meio, nas diversas camadas sociais (e outros meios, também...), devido à notícia de haver o ministro de Portugal, na Corte de S. Petersburgo, Luís António de Abreu Lima, renunciado ao seu posto por não querer aceitar a Constituição política de 1822. Todos o tinham como liberal!

Nascera em Viana, em 1787. A vários postos de relevo fora já chamado — em Angola, no Rio de Janeiro; estivera no Congresso de Viena, de 1814, após a queda de Napoleão, com a representação do nosso governo... Muitas famílias “destacadas” tremiam de indignação, na urbe e no arredor: aderira afinal, secretamente, “aos outros”?!

Da Impressão Régia de Lisboa sai, porém, um simples pequeno folheto de 31 páginas, intitulado “Carta escripta a Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que acompanhava outra para Sua Magestade com a exposição dos motivos que decidirão L. A. de Abreu e Lima, Ministro de Sua Magestade na Corte de S. Petersburgo, a não prestar juramento à Constituição política da Monarchia Portuguesa”. Três partes contém o folheto: uma, a carta a Silvestre Pinheiro; outra, a carta a Sua Magestade; a terceira, a exposição das razões que o induziram àquela atitude. Depressa procuram obter aqui essa edição, hoje raríssima, e onde se lê que, de facto, ele abdica do seu lugar; que de facto não quer jurar que acata a Constituição... Mas porque a julga demolidora da dignidade soberana, que marginaliza: “... sempre considere, Senhor, os interesses do Monarcha e do seu povo, e aos meus olhos V. M. e a nação eram huma só e mesma cousa”, mas “Alli se vê que El-Rei não só não teve parte na Confecção da Lei mas ficou em virtude della reduzido á única alternativa de aceitar ou de ser despojado da Corôa que por direito lhe

pertencia...<sup>5</sup>— Quem haverá tão simples que possa acreditar com sinceridade que El-Rei aceitasse espontaneamente huma Lei que o privava dos seus inafferíveis direitos, aniquilava quási totalmente o seu poder e degradava a Magestade da Realeza?” É adiante, ainda: “A revolução do Porto foi desde o princípio apoiada pelas baionetas; e sendo ela, como não pode duvidar-se, *a expressão da vontade dos seus Chefes*<sup>6</sup>, aquella vontade protegida pela força continuou a dominar livremente, arrogando-se o título de *vontade geral*.”

Certos outros artigos, segundo Abreu e Lima, sempre, demonstram mesmo a inutilidade da Realeza, e que portanto “a conservação do Rei he uma anomalia hypocritamente deixada na Constituição...”

E como no seu artigo 23 se especifica logo cada pena a aplicar a quem contra ela se revelasse (entre as quais a da perda da qualidade de cidadão português) remata assim o Ministro vianense a sua prosa corajosa: “Declaro porém que não me considero incurso naquella pena dictada por um espírito de odiosa intolerancia, e protesto solemnemente que viverei e morrerei Portuguez: *Fay ce que dois, advienne que pourra*.” Talvez esta exaltação do poder monárquico a outro vinculada tivesse contribuído depois para a sua demissão, em 1828, de representante do nosso país nos Países-Baixos, estando já D. Miguel, por sua vez, investido da realeza...<sup>7</sup>

Mas, na altura, em toda a região que lhe servira de berço o seu prestígio subiu ao nível mais invejável, mesmo entre os “miguelistas” mais obcecados.

#### D. MIGUEL... REI

Quando em 1826 eclodiu o movimento anti-liberal de Chaves, D. Miguel, como se sabe, achava-se na Áustria, em Viena. Em alguns pontos, como Guimarães, Braga, Viana, Esposende, foi então proclamado rei. A aderência de Viana ao facto regista-se a 2 de Fevereiro de 1827. Mas a 7 do mesmo mês

<sup>5</sup> No artigo 112 da Constituição: Não dependem da Sancção Real — 1.º, a presente Constituição e as alterações que nella se fizerem para o futuro. — 2.º, todas as leis ou outras disposições das presentes Cortes Extraordinarias e Constituintes, etc.

<sup>6</sup> Se o Rei nos prazos estabelecidos nos artigos 110 e 111 não der Sancção á Lei *ficará entendido que a deo e a Lei saí*. Se a não assinar, as Côrtes em seu nome a publicação, assinada pela pessoa em quem recair o poder executivo.

<sup>7</sup> Cargo, aliás, que não deixou, graças a uma nota enviada ao governo holandês (e por este bem aceite) que fora ali collocado pelo governo legítimo da Rainha, que não invalidara de facto o carácter “intruso” do de D. Miguel. Tornado já Visconde da Carreira, foi ele ainda encarregado por D. Luís de tratar, em Turim, do seu casamento com D. Maria Pia de Sabóia, filha de Vítor Manuel, primeiro rei de Itália unificada. Prestado este último serviço, recebeu o título de Conde em 1862

prevalece na vila o sector "cartista" que lança através das ruas mais veementes vivas à Constituição. De resto aos mais grados absolutistas, como ao povo, desagradara muito a notícia da promessa de casamento do seu ídolo com a sobrinha — era uma fraqueza, uma desconsoladora transigência com os alheios princípios! Ela nascera no Brasil — no Brasil cujo trono o seu pai aceitara: em pátria, pois, que já não era a nossa. Mais: ele tornara-a Princesa... do Grão-Pará. Logo "tinha raízes em terra que fora nossa mas de nós se desligara!" Com que direitos intentava ela "jogar" ainda?!

Com certas garantias prestadas desembarcou D. Miguel, pois, em Fevereiro de 1828, da fragata "Pérola", ancorada no Tejo, novamente. No percurso até ao Palácio da Ajuda, já ele ouvira vivas a "D. Miguel, Rei Absoluto" mesmo em Lisboa. E não tardou que de facto, logo envolvido pelo partido e pela evolução dos acontecimentos fosse, decididamente, lavado ao trono. Que ocupou de Julho de 1828 a Maio de 1834. No entanto apenas reconhecido pois, para além da fronteira, conforme todos aprenderam já na escola remota, pelo Vaticano, pela Espanha, pelos Estados Unidos da América e pela Rússia.

E contestado por muitos, no país. Mas o povo do norte, muito religioso, aferrou-se logo a este raciocínio... lógico: "se o Papa, que fala por Deus, o quer, é que Deus o quer, como nós, para nosso rei!" E logo se acreditou igualmente que sem tardar ele devolveria às Ordens religiosas os bens de que haviam sido, antes, espoliadas; que repovoaria os mosteiros extintos; e que saberia, enfim, calar de vez o verbo de cada arruaceiro, da cada "pedreiro livre" que pelo liberalismo ousasse ainda catequisar ingénuos e incautos!

#### REJUBILA A IGREJA

Uma reportagem inserida em "O Correio do Porto", de 13 de Novembro de 1828 (n.º 174), e assinada por "Um amante da Realeza" menciona com plena euforia os sucessos pátrios... de Viana, na ocorrência política:

"A 20 de Junho de 1828 o Juíz-vereador Gonçalo de Barros Lima, vestindo capa e volta, com muito clero regular como secular, e nobreza, e povo, dignou-se assistir na igreja do mosteiro de S. Bento, ricamente adornada, a uma missa solene de graças a Deus por ter alcançado o trono o Novo e Legítimo Legislador e Sustentáculo da Religião Cristã, o Pai dos Leais Povos, o Adorado e Magnanimo Rei de Portugal, Algarves e Seus Domínios, o Senhor Dom Miguel Primeiro..."

"O Padre Mestre e Leitor de Filosofia Fr. Sebastião da Anunciação, Carmelita Descalço, na Cadeira Evangélica explicou com toda a evidencia a legitimidade ao trono de Portugal daquela Suposta Pessoa"... E a effigie do



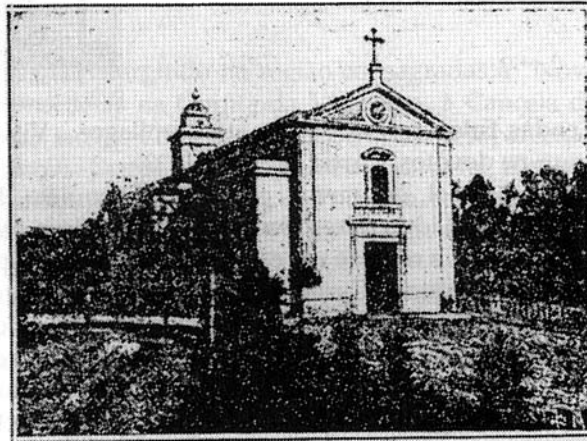
“Fidelíssimo Senhor Rei Imperante” figurava ali, do lado do Evangelho, com a competente guarda.

Já há 17 ou 18 anos era abadessa desta Casa D. Antónia Luísa de Santa Rosa Araújo “a quem depois de Deus nada mais importava que não fosse a proclamação daquele Soberano”. De cujo amor à sua causa já dera provas decisivas quando do regozijo público, ora mandando iluminar as janelas de todo o seu mosteiro, que pelo lado do Lima eram oitenta e quatro, ora colocando a efigie do mesmo Senhor numa grade ornamentada do seu mirante, ora permitindo às criadas do convento que lançassem muito fogo do ar, como lá fora, animando o povo à defesa dos direitos reais.

(Porque seriam tão “miguelistas” as freirinhas de S. Bento, da abadessa às serviçais? Ao vestirem aquele hábito sagrado não renunciavam então completamente ao mundo e às suas paixões?...)

\* \* \*

Nem só as freirinhas de S. Bento, porém, exultavam dentro das paredes claustrais com o advento de D. Miguel. Igualmente as mais piedosas Irmandades e Confrarias compartilhavam esse arroubo, como o testemunham,



*A pequena igreja de  
Nossa Senhora da Rocha,  
em Carnaxide.*

nomeadamente, certas páginas dos assentos da Irmandade de Nossa Senhora da Agonia. Consigna-se ali, por exemplo, que a 15 de Agosto de 1829 será colocada na Capela do Senhor Jesus do Calvário, rente ao templo, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha... (o que afinal só ocorreu, parece, no ano imediato).

Mas antes de mais, lembre-se a raiz desta nova invocação da Virgem, eclodida tão distante do Minho e tão cedo abraçada aqui, como no resto do

país. Alvo ainda nos nossos dias de devota e animada romaria na povoação de Carnaxide, em Oeiras, a dois passos de Lisboa. Onde a encontraram — pequena imagem de madeira, acima de algumas ossadas — num recôncavo de penhasco, numa “toca” do solo, alguns garotos que caçavam coelhos. Não se sabia de onde viera. Nem quem ali a haveria posto. Teceram-se alvites.

*Uma das mais remotas pagelas daquela devoção aqui conhecida...*



Lendas. Falou-se, evidentemente, de milagre... Visitaram-na curiosos. Veneraram-na devotos. Corria o ano de 1823.

D. Miguel, em novo, era muito irrequieto. Ficaram célebres as suas cavalgadas. Lidou toiros. Sempre sem percalços graves. Agora porém tivera um acidente, a roda de um carro causou-lhe numa perna um traumatismo de certa importância. Curou-se no entanto do mal relativamente depressa; e alguém atribuiu isso a invocação feita a N. S<sup>a</sup> da Conceição da Rocha. Não a tivessem, acaso, ligado ao Infante e mais lenta seria a divulgação da “aparição”, sem dúvida! Assim, nem a Padroeira a quem um anterior soberano, em Vila Viçosa, entregara a própria Coroa grangeou talvez tão depressa, no país, a fé de cada crente!

Continuando a percorrer os assentos da Irmandade de N. S<sup>a</sup> da Agonia vejo porém que a festa da Padroeira do Reino, em 1830, “será aplicada pela conservação do melhor dos Reis, o muito alto e poderoso e religioso D. Miguel Primeiro que felizmente nos rege” — “até por nesse dia ser o aniversário da entrada do mesmo augusto Senhor neste reino; até mesmo pela utilidade que resulta a toda a Nação Portuguesa pela conservação de um Monarca que pela sua religião e singulares virtudes fez a felicidade dos seus vassalos”.

E, pois, foi afixada a seguinte notícia: “o Juiz e mais mezarírios da Irmandade de N. S<sup>a</sup> da Agonia tendo em consideração os benefícios recebidos em todo este Reino por intercessão da sua Padroeira a Senhora da Conceição, e com especialidade aquele de haver conduzido à sua capital, de Países tão remotos, e através de tantos perigosos lances, o Monarca mais desejado pelos fiéis portugueses, o seu legítimo soberano o Senhor D. Miguel I, deliberou fazer colocar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha na capela do Senhor do Calvário...” etc.<sup>8</sup>

Era então Juiz daquela Irmandade António da Sá Pinto Abreu Soto Maior, fidalgo da Casa do Campo do Forno, com a patente de coronel nos Voluntários Realistas; e acérrimo partidário do absolutismo, porventura um dos “apostólicos” (os extremistas da facção!). De facto é impossível incluir em apontamentos de rotina, num registo, maior profissão política!<sup>9</sup>

De resto igualmente “miguelista” é a Mesa ali constituída, para o período imediato, em Setembro de 1831. Compreendendo o mesmo António Soto Maior, e mais António José Gil Viana, Fernando dos Reis Lemos, Manuel José Gomes Pereira (zelador), José Luis Gonçalves Viana (id.) e Bento de Barros Lima.

\* \* \*

Outras igrejas e capelas iam surgindo na região consagradas à “Nova Invocação” da Virgem. Uma delas na Quinta da Via Sacra, à Cancela da Areosa, onde se instalou mais tarde o Colégio de Monserrate, já desaparecido. Mas pertencente, então, à família Barros Lima. O que dela restava foi, já no séc. XX, demolido, por determinação da Intendência de Pecuária, com um posto instalado perto. Aliás em Maio de 1889 passara a ter por invocação Nossa Senhora de Lourdes.

E mais longe, em Meixedo, na Facha, noutras freguesias ainda, outras há com a anterior designação. A de S. Cláudio de Nogueira tem até o “forno do pão”, em construção anexa. Como veículo da implantação dessa devoção aqui

<sup>8</sup> Ver “Um curioso Edital da Irmandade de N. S<sup>a</sup> da Agonia” por J. Rosa de Araújo, na “Aurora do Lima” de 30 de Agosto de 1930. E, do mesmo autor, “Memória da Capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Agonia”, pag. 51

<sup>9</sup> Há ainda quem designe a capela alcandorada na pequena eminência atrás da torre da igreja de N. S<sup>a</sup> da Agonia, e do farol próximo, por “capela de N. S<sup>a</sup> da Conceição da Rocha” (devido à tal invocação — ou à sua situação?). Mas é um erro. A sua imagem acha-se pois, hoje, na anexa Capela do Calvário. A de cima é apenas a “Capela de N. S<sup>a</sup> da Conceição”. Aliás pertença, até agora, de particulares, ligados à família Pereira Campos, que a cuidava. E ali mandava sempre rezar uma missa pelo menos, cada ano, a 8 de Dezembro, a minha amiga Madalena Segismundo Álvares Pereira Vale, por fim dona dela, e há pouco tempo falecida.

aponta-se os pedreiros de Nogueira que trabalharam na construção do primeiro templo, em Carnaxide, e de lá regressaram com os relatos da ocorrência e dos milagres iniciais. E que também neste trabalharam seguidamente. Tanto



*A capela de  
Nossa Sra. da Conceição da Rocha,  
em Outeiro.*

mais que num breve datado de 26 de Outubro de 1830 o próprio papa, Pio VIII, consagrando a devoção, concedia numerosas indulgências a quem a praticasse. O que incrementou ainda a fé “na Senhora que acudira a D. Miguel”<sup>10</sup>.

No dia da sua festa naquele “forno do pão” cozia-se um enorme bolo, a repartir pelos romeiros. Que o não comiam, porém. Guardavam na arca das roupas o seu quinhão que... além do mais era soberano remédio, parece, contra as traças!

O forno ardia 48 horas. Depois da procissão o abade entregava ao padeiro um raminho que estivera nas mãos da imagem. Este metia-o na boca e, logo

<sup>10</sup> Ver no Arquivo Paroquial de Nogueira o “Processo Canónico” do cometimento (1826).



*Capela da Senhora da Rocha, em Nogueira.*



*O forno de cozer o bolo da Festa de Nossa Senhora da Rocha, em Nogueira*

entrando no forno, percorria-o a toda a volta, de costas. Considerava-se milagroso o facto de sucessivamente, todos de lá saírem sempre sem qualquer queimadura<sup>11</sup>. Até 1905 perdurou esta tradição.

### O "VIL METAL"

Em 1828 o exército de D. Miguel avança para o norte. Depois da "belfastada", fugindo aos "regulares", aos caceteiros, aos incontrolados motins, os liberais, sem chefes, acoitam-se onde podem na região (tanto os militares como os civis), tentando chegar à Galiza. A 3 de Julho o "Belfast" largara do Porto e fundeara na Corunha, com os grandes responsáveis pelo movimento a bordo. E graças ao denodado brigadeiro Pizarro, que lhes restava, ou por si próprios, ainda uns três milhares de homens dali passaram à Inglaterra, (Em Espanha, aliás, recrutara D. Miguel pouco antes muitos dos seus fiéis para os "Voluntários Realistas").

De resto, a despeito da aliciante promessa feita por D. Pedro (de uma moeda de ouro — 4.800 rs. — a cada soldado de infantaria que do lado contrário desertasse armado, e de dez moedas a cada soldado de cavalaria que desertasse com cavalo e armas, além dos soldos atrasados)<sup>12</sup>, até Outubro de 1832 apenas 346 homens ele obteve: e entretanto, sem qualquer "chamariz", das forças liberais 413 homens haviam já desertado! E nem todos seriam "nortenhos fanatizados pelo clero", criaturas enredadas pelo verbo do "Escolhido" (que, tantos, nem haviam visto ainda nem escutado), ou "portugueses saturados do outro apático, nefasto regime", conforme um dos apodos que lhes outorgavam.

Embora em muitos pontos se embuçassem, ainda, velhos adeptos do tal "nefasto regime" em prudente silêncio por terror, de facto, dos caceteiros e do clero tonitruante, frades e padres que, no seu entusiasmo, chegaram a cometer sem dúvida "estultos sacrilégios"<sup>13</sup>.

\* \* \*

Mais tarde, em Abril de 1832, em grande aperto financeiro, D. Miguel logra aliás conseguir (com pesado juro) um empréstimo de 40 milhões de francos nominais — e é no porto de Viana que parte desse montante desem-

<sup>11</sup> Ver o Arquivo do Alto Minho, vol. I, pag. 114.

<sup>12</sup> Ver a "História de Portugal" da Portucalense Editora, de Barcelos — (ed. de 1935), vol. 7, pag. 195.

<sup>13</sup> Ver a História de Portugal de Pinheiro Chagas, vol. 8, pag. 538 (ed. de 1903)

barca. Pormenoriza a imprensa: "Da Vila de Viana do Minho, com data de 13 do corrente: no dia 10, pelas 6 da tarde, entrou neste porto o navio inglês "Nassau", procedente de Londres, que trazia a seu bordo 26 caixões de prata em que entra um de ouro, em onças, perfazendo tudo 128.000\$00 rs., ou 320.000 cruzados, por conta do empréstimo que, de ordem de El-Rei Nosso senhor se verificou em França e Inglaterra". Acrescenta o estudioso Dr. Luis Cirne de Castro que no "Diário" de Ribeiro Saraiva, agente diplomático de D. Miguel em Londres, constam os preparativos dessa viagem do "Nassau", e ainda o aviso por ele feito a Gower do eventual risco de tentarem piratas apresar o barco, pois sabiam da sua partida. E comentava mais: que quanto às gentes de Viana, nelas tinha o governo de D. Miguel inteira confiança!

Só através da imprensa a maioria dos Vianenses soube deste facto. Que os lisonjeou, naturalmente. E mais aliciou.

### A TEMPESTADE DAS DEVASSAS

Ainda em 1828 ordenou D. Miguel uma "escrupulosa devassa" relativamente aos seus contrários, em toda a parte, "sem limitação de tempo nem determinação do número de testemunhas". Como Juiz-relator foi nomeado Vitorino Botelho do Amaral. Como adjuntos os desembargadores Manuel Calheiros Bezerra de Araújo, Constantino Ferreira de Almeida, José Vicente caldeira do Casal Ribeiro, Joaquim Gomes da Silva Belfort e João António Almeida e Vasconcelos.

Admitamos que a palavra "escrupulosa" significasse, nessa ordem, "com justiça, sem paixões, fundamentada", tanto mais que para cumpri-la não havia "limitação de tempo". No entanto bem negros dias se seguiram a tal data! De quanto mal de toda a espécie foi o alfa! Uma guerra civil é sem dúvida mais dolorosa ainda que uma invasão estrangeira. Nesta ocorrência conjugam-se os esforços, irmana-se o fito, esquecem-se os interesses particulares; na anterior derimem-se as questiúnculas particulares, saciam-se ódios antigos, vingam-se prepotências políticas, aproveitando a permissividade. A tal regra não escapou o Minho.

Também aqui, pois, se cobraram juros tremendos de velhas dívidas. Cindindo-se famílias. Assassinando-se incautos. Foi mesmo pior que numa guerra, em que ambas as partes podem usar armas iguais, com igual direito à defesa.

Houve esperas, arcabuzadas "à falsa fé", incêndios ateados, saques, denúncias, deportações com pretextos forjados ou sem qualquer pretexto válido. Calculam alguns que por 1831 haveria no país umas 26.000 pessoas encarceradas; que muitas dezenas teriam sido sumariamente enforcadas; que

1.600 tivessem sido degredadas e que mais de 13.000 estivessem foragidas para além das fronteiras.

Por cá, na Barca dizia-se que o major da Milícia local, Francisco Ferros Ponce de Lião era a cabeça do projecto simplista de matar todos os indiciados como “pedreiros livres” das redondezas. Em Ponte de Lima foi abatido António José de Melo da Gama Araújo, oficial de Cavalaria, na sua Casa da Garrida, na presença do próprio pai (que já perdera o primogénito no cerco do Porto). E segredava-se depois que o jovem morrera devido a um engano, porque o “condenado”, afinal, seria o pai.

Em Caminha, entre outras, a família ali bem conhecida dos Xavier e (ou da) Silva foi talvez a que sofreu mais aturada e copiosa perseguição. António José, capitão de Ordenanças, foi preso (na Galiza) e desterrado. O Dr. Gonçalo, seu irmão, preso igualmente, perdendo todos os haveres. Uma sua irmã foi expulsa da vila, e o filho desta (José Martins Rua, o famoso autor da “Pedreira”) fugiu para França. E o seu marido, António Martins Rua, bem como o cunhado deste (outro irmão de António José) de nome Francisco<sup>14</sup>, foram expostos, algemados, na vila, levados a pé até à Relação, no Porto, e depois para Lamego, onde os acabaram à machadada. E ainda o sogro de António José, José Pereira Rosa, de 80 anos (cujo filho, José Casimiro, por sua vez perecera no Cerco do Porto), foi preso também.

Igualmente Valença, Monção e os demais concelhos viram multiplicar-se vítimas, nas suas casas e ruas, oficiais, particulares, médicos, estudantes. Editada pela tipografia Álvares Ribeiro & Filho, do Porto surge mais tarde, coligida por Pedro da Fonseca Serrão Veloso, uma “Collecção de listas das pessoas que ficarão pronunciadas nas Devassas e Sumários que mandou proceder o governo usurpador depois da heróica contra revolução que arrebetou na mui nobre e leal cidade do Porto em 16 de Maio de 1828 nas quaes se faz menção do destino que a Alçada creada pelo mesmo governo para as julgar deu a cada uma dellas”. Obra (hoje rara) de 1833, e onde figuram realmente muitos nomes de pessoas desta região. Porém, quantas outras, executadas “à falsa fé” não constaram, decerto, em Sumários ou Devassas publicadas<sup>15</sup>?

De um eclético, variado rol de vianenses então encarcerados, respigo ao acaso menção de um miliciano, um sargento e um capitão de Veteranos; de

<sup>14</sup> Um filho deste, José António da Silva Coelho, demitido de escrivão da Alfândega, foi bisavô do Presidente Sidónio Pais

<sup>15</sup> E quem quiser “desdobrar o pano desta amostra” leia ainda, por exemplo “Uma página de família” de Cândido Xavier da Costa, nota inserida no “Serão” de J. Rosa de Araújo (nº 14, Dez. 1966) ou “Homens do Alto-Minho na Devassa de D. Miguel”, igualmente no “Serão” (nº 4, Maio 1966, e seguintes), pelo último.



dois negociantes, um espingardeiro, um pintor, um alfaiate, um provedor, um escrivão (A. Rocha Páris Araújo), um "filho-família" (António Xavier Pereira, degredado), um corregedor (Francisco António de Abreu e Lima) condenado à forca, depois à degolação precedida de percurso pela urbe de barão e pregão, mas por último com a pena comutada em degredo, etc. No trabalho de José Rosa de Araújo "Homens do Alto-Minho na Devassa de D. Miguel", de todos vem a identificação e a sentença.

#### NO ÂMBITO DA IMPRENSA

Uma avalanche de folhetos e panfletos de carga política aturdiu entretanto o país; alguns, subsistindo a muitos anos de desinteresse e incúria, acabei por herdar dos meus maiores. De avós alentejanos — paternos — e de avós minhotos — maternos — o que me convence que não houve palmo de terra nacional que, na altura, não se apaixonasse por qualquer dos pendões, liberal ou miguelista. Folhetos como "Os povos e os reis" de Faustino José da Madre de Deus, saído por 1825 da Imprensa Régia, de Lisboa, clamando que



*D. Pedro, segundo uma gravura da época*



dez páginas de texto manuscrito. Numa caligrafia vulgar. A falta de exemplares impressos, portanto, em certos lugares, era suprida com cópias. E parece-me bem curiosa esta, por acaso! Intitula-se "Cartilha Constitucional Realista". A primeira parte consiste num "Credo-Profissão de Fé Política de todos os Constitucionais Realistas: — Creio em D. Pedro quarto mui poderoso, Rei de Portugal e Creador do Império do Brasil", etc.etc. Seguidamente lemos o "Padre Nosso Constitucional: Padre e Rei Nosso que estás no Brasil, glorificado seja o Vosso Nome, Venha a nós o vosso benéfico influxo..." — E logo a "Ave Maria Segunda, cheia de beleza e graça, a protecção do vosso Pai seja conosco..." Por fim a "Confissão dos Desistentes da Legitimidade: Eu, pecador desistente, me confesso a El-Rei Poderoso Monarca...". O papel tornou-se amarelado e tem algumas manchas de humidade. A tinta, castanha, ganhou porventura um tom mais delído. Mas o sarcasmo guarda, ali, frescura!! Porém, entre os pasquins passados de mão em mão um dos que mais se popularizou neste meio (dizem-me que havia quem o soubesse todo de cor) foi, parece, o do "Testamento da Dona Constituição": — "Eu, Dona Constituição/ que fui nascida na França/ e sendo ainda criança/gerei a Revolução..." etc. A certa altura especifica mais: "Sou filha da maldição/ e o meu pai era maçom"... e ainda que... "por filhos verdadeiros/ tenho todos os pedreiros/sem exceptuar um só". Não se exime, até, a apontar nomes, o extenso libelo!

Por vezes certas edições despertavam controvérsia violenta. Impressa em Londres, aparece a certa altura (1832) uma "Autópsia do Manifesto do Senhor Dom Miguel" por Ferreira Borges. E no Porto (?), pouco depois, o "Ensaio Político sobre as causas que prepararão a usurpação do Infante D. Miguel em 1828 & C.". Esta, à venda por 480 rs. (ao tempo preço muito elevado) nas lojas portuenses do Sr. Guimarães, na rua dos Caldeireiros 6, ou na de José Joaquim Rodrigues dos Santos, na travessa da Fábrica do Tabaco 29 e 30. Ora aqui estava uma informação útil para quem aqui os encomendasse a qualquer recoveiro. Como muitos decerto fizeram, visto que, pois, ambas as publicações provocaram reacções.

Quem conhece a nossa gente sabe que ideia, rotina ou tradição a que se aferre é difícil de desenraizar de cada mente. Assim, quanto mais uma prosa criticava o seu vulto amado (de um ou outro lado político) mais o radicava nos adeptos. Em D. Miguel haviam reconhecido o defensor dos velhos princípios, não eivados das "libertinagens lá de fora" ou de "anti-clericalismos ímpios". Pelas aldeias os priores nisso firmavam as mais humildes ovelhas. Até a classe supostamente mais culta via neste rumo o termo dos "maçons à solta": a maçonaria era peçonha subtil que se infiltrara em tantos dos últimos governantes!

(Esqueciam alguns o que afinal muitos nem teriam sabido nunca: pelo

menos dois muito fervorosos adeptos de D. Miguel, o visconde de Juromenha e um dos filhos haviam sido “maçons”; tal como a viscondessa, D. Maria da Luz Willoughby da Silveira<sup>16</sup>. Esta até a primeira mulher ali admitida, em 1814, e só muitas décadas volvidas outras lograriam o mesmo. A devoção política custou-lhe aliás o desgosto de ser forçada a abandonar o país, com o filho, em 1834).

E não pouparia depois o clero, em 1846, a vaga revolta da “Maria da Fonte”. Alastrando pelo Minho, insultava-o se pretendia ainda impor-se ou cumprir a nova ordem de enterrar os mortos nos cemitérios e não mais em “chão sagrado”, nas igrejas, como até então. Obrigava-o a desatender os decretos promulgados. Insultava igualmente os funcionários que acaso intervinham.

### PROPAGANDA ... MAIS PROPAGANDA

Pela Sub-Inspecção Geral dos Correios foram a certa altura enviados a todos os Assistentes do país manifestos de homenagem e apoio a D. Miguel, incumbindo-os de os difundirem nas respectivas zonas. Avizinhava-se aliás o termo do seu reinado...

Manuel António Álvares, então detentor desse cargo em Viana recebeu o encargo a 9 de Junho de 1832 e logo empreendeu dar-lhe cumprimento, conforme carta escrita e remetida a 16 do mesmo mês ao próprio Inspector Geral dos Correios, na altura, António Xavier d’Abreu; onde menciona também as primeiras pessoas que receberão os manifestos: os priores de S. Domingos e do Carmo (dois dos quatro principais conventos de frades, aqui); o cônego-prior da freguesia de Monserrate; Sebastião Pereira da Cunha fidalgo, cavaleiro da Ordem de Cristo e reformado das Milícias locais; Bento de Barros Lima, coronel graduado das mesmas Milícias; António de Sá Pinto Abreu Soto Maior, também cavaleiro da Ordem de Cristo, coronel dos Voluntários Realistas e governador do Castelo; José Lopes Calheiros de Menezes, moço-fidalgo, capitão do E.M.; Manuel Quezado Jácome Vilas Boas, fidalgo-cavaleiro; José d’Agorreta Pereira de Miranda, administrador da sua Casa; Félix Andrade Porto Roby; Gaspar Werneck Ribeiro d’Aguilar; Francisco Pacheco Marinho Brandão; António Barbosa de Magalhães, vereador; Tomás Gouveia Coutinho (vereador e proprietário); José Caetano da Costa

<sup>16</sup> Ver em “O Comércio do Porto” de 10 e 17 de Junho de 1888 a nota sobre o assunto da Dr.<sup>a</sup> Fina da Armada. Que constata que afinal o “Grande Arquitecto”, que não protegeu esta mulher... noutras, depois, não fazia empenho também!

Correia (bacharel, vereador, juiz e guarda-mor da Alfândega); António de Azevedo Lopes Serra (da magistratura, vereador, proprietário); João Gomes de Lima (da magistratura, proprietário, capitalista).

Manuel António Álvares fora aqui colocado como Assistente em 1782 e confirmado no lugar em 1805 com a verba de 960 rs. de prestação de fiança à Câmara. Verba que no ano de 1823 ascendia já a 1.200 rs. no total<sup>17</sup>. Partidário dos miguelistas, a seu favor sempre se envolveu nas pugnas do tempo. O que lhe valeu, quando da recuperação liberal, por meados de 1833, a exoneração do cargo (ou deixá-lo, talvez. a rogo seu).

A lista idosa de nomes, acima transcrita, que ficamos a dever-lhe, guarda no entanto, ainda, o interesse de nos esclarecer sobre os vultos da época na política Vianense.

Um anterior Juiz-de-fora em Viana, João Baptista Felgueiras, companheiro de muitos deles (e por eles tido como sereno miguelista durante muito tempo) é que acabara por desaparecer do meio. Subitamente, jurou acatar a Carta Constitucional, revelou-se liberal ferrenho. Refugiou-se em casa da família Gomes de Castro, apresentou-se a D. Pedro assim que os liberais entraram no Porto e por ele, como pelos ministros Agostinho Freire e Silva Carvalho foi depois sempre muito ouvido, presado, e considerado pessoa de alta integridade<sup>18</sup>. Mas desiludiu os vianenses.

#### D. MIGUEL VEM AO NORTE

A 8 de Outubro de 1832 quatro dos cinco navios de D. Miguel que haviam largado de Lisboa com munições para os absolutistas nortenhos aportaram a Vigo. Havia-os bloqueado uma esquadra liberal fundeada em Baiona; bloqueio que romperam, causando mesmo fortes danos, mas havendo-os também, e a ponto de serem forçados a tornar para Lisboa afim de serem reparados. Causou júbilo sincero, porém, a nova daquela acção, na região, tal como o municciamento por fim recebido.

E mais júbilo ainda causou, em 1833, a nova de ter D. Miguel saído de Lisboa para visitar estas províncias! A 17 de Outubro está em Leiria, a 19 em Pombal. De 20 a 29 pára em Caminha. Acena às tropas que o aplaudem, contacta com as populações, eufóricas, que mais entusiasmo.

A 1 de Novembro, em Braga, as manifestações atingem o auge. É lá que vão ao rubro "os aplausos de um povo fanatizado pelos padres", segundo,

<sup>17</sup> É sabido que diversos cargos na época eram comprados (podendo herdar-se em certos casos) ou arrendados, ao Estado, ficando então os seus proventos para os responsáveis por eles.

<sup>18</sup> Cit. o escritor Eduardo de Noronha.

ainda, Pinheiro Chagas<sup>19</sup>. Enquanto D, Pedro e os seus generais decidem combater noutros pontos do país aproveitando a indignação neles gerada pelas pressões verdadeiramente ferozes das Devassas, e outras. Que também, em verdade, tantos dos próprios miguelistas chocaram no Minho, mas que de momento a presença augusta faz amainar, encandeando os olhos.

Na jornada acompanha o séquito real o “mata-malhados”. O canhão gigante que um industrial do Porto mandara fundir e oferecera áquele exército. (É sabido que “malhados” ou “pedristas” ou “cartistas” eram os adeptos do liberalismo, derivando a apelação de “malhados” da alusão às calças xadrezadas que usavam e da bandeira bicolor, no vocabulário dos “miguelistas” ou “absolutistas”). O próprio Camilo Castelo Branco usa várias vezes aquele termo no livro “A bruxa do Monte Córdova”).

\* \* \*

Mas a terrível cólera, no Porto, entrara agora a dizimar as tropas que ali se achavam, primeiro entre os liberais, depois entre as contrárias, igualmente. Dia e noite, nas igrejas, faziam-se preces a Deus para suster mais esse flagelo. Compungidos andavam todos.

Na cidade o povo já nem falava em política. Já nem temia as arruaças selvagens do Pita Bezerra (João Pita Bezerra, correligionário de D. Miguel, nascido em Viana, de família nobre, segundo constava, rondando sobretudo no bairro “tripeiro” de S. Domingos, e que chegou ao posto de capitão, em Infantaria 12). Faltava tudo: alimentos, medicamentos. Dizia-se que o próprio D. Pedro, de novo ali, só tanto não padecia porque o seu amigo D. Tomás de Melo Breyner até do pouco que lhe cabia se privava a favor dele. O que tocou quase com a áurea de mártir este fiel da Causa.

E entretanto em todos grassava igualmente funda raiva contra os ingleses por haverem recebido com reticências, porventura, os enviados de D. Pedro para com eles negociarem um possível apoio. De forma que até aceitaram bem que D. Pedro desse o comando das tropas, então, ao general francês Solignac. Facto satirizado pelos contrários: não há nada como um dia depois do outro — clamavam — acaso se esquecia D. Pedro de que aquele oficial estivera já entre nós, com Junot, com os invasores do nosso país?!

Uma senhora minha amiga de família de Valença, D. Maria Vaz Pereira, tentou um dia evocar ainda, para mim, a propósito disso, fragmentos de trechos na altura cantados (ou declamados) naquela vila, e que ouvira às vezes aos seus maiores: — Muytos que malhavam neles/ são hoje malhados reles/ às ordens de um dos deles/às armas... cidadãos!... — e: Ó Real senhor/ diz

<sup>19</sup> Ver a sua História de Portugal, ed. de 1903, vol. 8, pag. 536

“bonjour” ao general/de Portugal/que era dantes do Invasor/e que é hoje dessa corja/ o Salvador!/  
Qualquer destas cantigas continuava... continuava... Mas ela só fixara os seus “intróitos”. De resto também em Viana algumas pessoas, ao cruzarem um liberal, clamavam galhofeiras: “Vive Napoléon!” E contou-me por sua vez um filho do vianense João caetano da Silva Campos, com cartório na Praça da República, no local do velho Café-Bar (hoje parte da pastelaria Caravela) que nesse cartório, numa das divisões voltadas às traseiras, sempre lera numa das paredes a mesma frase: Vive Napoléon! Seria relativa a Solignac ou ainda, por troça ou não, aos invasores?

(... Mas depois, “para liquidar a situação no Porto”, não acabou também D. Miguel por recorrer a outro companheiro de Junot, o general conde Ghaines de Bourmont, que comandou o seu próprio exército?)

### O ADEUS AO TRONO

“Entre alas de povo de joelhos”, conforme comenta ainda Pinheiro Chagas, terminara a visita de D. Miguel a esta região. Agora era Napier que, através-

*D. Miguel jovem*



sado o rio Minho, percorria paulatinamente o nosso litoral. Napier, almirante da esquadra inglesa, futuro visconde do Cabo de S. Vicente, futuro conde do Cabo de S. Vicente. futuro conde Napier de S. Vicente, comandante também



*D. Miguel, no exílio*

da esquadra liberal portuguesa a partir de 1833. Em “missão apaziguadora” tentara primeiro desembarcar na Ínsua de Caminha, onde restavam apesar de tudo, parece, simpatizantes “pedristas”. Não o consentiu então a avessa corrente.

Arribou portanto a La Guardia. E pela meia noite de 22 de Março de 1834, com a sua gente, atravessou o rio Minho em pequenos barcos e colheu a vila por surpresa. Ali, obteve rendição fácil dos Milicianos que a guardavam. Reforçado o seu contingente com mais 200 homens seguiu ao longo da costa para Viana. Por mar apoiavam-no a fragata D. Pedro e o vapor Jorge IV. Rezam as crónicas não oficiais, que o seu Estado Maior seguia montado em burros. — E também 300 homens das Milícias vianenses se lhe renderam sem grande oposição. Depois, os defensores da Ponte da Barca fogem sem darem mesmo combate. Os de Ponte de Lima, ao ver o grupo, dão mesmo o governo liberal



como aceite e aclamado já, no Concelho. Pelo contrário Valença resiste; mas por sua vez é obrigada a capitular.

Entretanto Napier não consentia desforços ou retaliações entre a facção que aderira e a acompanhava e a que se mantinha hostil. E essa atitude conciliatória ia-o impondo aos menos intransigentes dos "outros".

Todavia o Decreto promulgado pouco depois, a 28 de Maio, de novo contra as Ordens Religiosas, reanima mais que nunca o lume que amornava e as divergências partidárias. Os "morras" aos pedreiros livres voltaram ouvidos. Como os insultos a D. Pedro (até na Ópera, em Lisboa, surge uma manifestação de desagrado, contra o rei; e o público de S. Carlos não era de "populares")! Tornam a ocorrer no norte imparáveis surtidas de caceteiros cobrando vingança de denúncias soezes, aproveitando para derimir o que ficara por derimir. Nunca porém aqui houvera excessos como em Estremoz, por exemplo, onde todos os encarcerados políticos foram mortos sem tardar ao saber-se já perdido o miguelismo!

D. Miguel rumou definitivamente para o exílio a bordo do "Stag", que o esperava em Sines, assinada a declaração de também definitiva renúncia ao trono português. E com a pensão anual, que aqui lhe concederam, de 60 contos. Tarjou-se de preto o seu retrato em muitas casas nobres. Chisparam imprecações de raiva contra o irmão, e "seus apaniguados". Quem pensava agora nos perseguidos, nos deportados, nos mortos da era das Devassas? O rei, o verdadeiro rei partira!

\* \* \*

Em Viana pode ler-se, no Livro dos Acordãos da Câmara: "Item outro (ofício), de onze do corrente, do sobredito Corregedor Interino da Comarca para o mesmo Juíz de Fora e Presidente Interino, com a cópia da circular número dezanove da Perfeitura da Província, de sete do corrente, cujo fim é saber se também nesta Vila foi aclamada e reconhecida a nossa Rainha Senhora Dona Maria Segunda, que Câmara existe, por quem foi nomeada e mais quesitos na dita circular conteudos". "Ultimamente mais um do mesmo Corregedor Interino, de quinze do corrente, também para o Juíz de Fora e Presidente, acompanhado da cópia da circular número vinte e seis da Perfeitura da Província, de doze do corrente determinando que, sem perda de tempo, se arranque dos livros desta Câmara as páginas em que se acharem exarados os autos de aclamação e reconhecimento do outrora Infante D. Miguel, como Rei absoluto destes Reinos".

Deu-se cumprimento a este último ofício e, conseqüentemente, se arrancaram do livro competente ... "(Sessão ordinária de 28-5-1834, Livro dos Acórdãos de 29-3-1834, pag. 20 e 20v).

(Continua)